



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA 07/2021

Bauru, 30 de julho de 2021.

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, de forma on-line, conforme Decreto Municipal 14.737 de 23 de abril de 2020, pela plataforma GoogleMeet (<http://meet.google.com/ysa-jtmu-owt>) reuniram-se os conselheiros: Dorival José Coral e Gilda Maria Scalfi Carvalho ambos da Semma; Simony Silva Coelho - OAB; Sirlei Sebastiana Polidoro Campos - da SME; Otaviano Alves Pereira e Luiz Fernando Nogueira Silva, ambos da Sagra; Carlos Alberto Ferreira Rino - DAE; Rodrigo César da Silva - SMOP; Aloisio Costa Sampaio, da Unesp; José Ricardo Scarelli Carrijo – Instituto Vidágua; Ricardo Crepaldi - Abes; Adilson Elias de Oliveira Sartorello - Secovi; Maria Izabel Merino de Medeiros - Apta; Rita Peruquetti - Unisagrado; João Carlos Herrera - Assenag; Marcelo Makino - Emdurb; Lourenço Magnoni Júnior - AGB; José Paulo Braga Sampaio - Fundação Florestal; Renato Theodoro Delgado - CDRS; Henrique Ribeiro - Ascama; Ana Elisa Moura Talon - Seplan; Klaudio Cóffani Nunes - CIESP. Também estiveram presentes: Dra. Carla Gheler Costa, assessora técnica do Deputado Rodrigo Agostinho; Marcela Mattos de Almeida Bessa - Engenheira da Semma; Daniel Rolim, diretor do Departamento Zoo-Botânico e Eduardo Vaccaro, munícipe convidado. Foram tratados os seguintes assuntos: **1. Esclarecimentos sobre registro de presenças, atualização dos contatos dos Conselheiros e Composição das Câmaras Técnicas; 2. Apresentação das contas do Fundo Municipal do Meio Ambiente; 3. Adequações no descritivo das caçambas para compra com recursos do FMMA; 4. Processo: 44904/2021 - Levantamento das legislações que tratam sobre árvores tombadas, bem como o estudo destas, com visitas e emissão de laudos para cada indivíduo; 5. Esclarecimentos sobre o Conselho Fiscal Fundo Municipal do Meio Ambiente; 6. Aprovação da Resolução Comdema - Estabelece procedimento para controle e registro administrativo das ações de manutenção e substituição da frota municipal e terceirizados; 7. Reconhecimento do PMEA como política pública municipal; 8. Situação envolvendo os Rejeitos do Rio Bauru e empresa particular; 9. Apresentação do PGA - Plano de Gestão Ambiental do Município VerdeAzul; 10. Referências quanto às reuniões extraordinárias a serem agendadas: Concessão resíduos sólidos e Processo Administrativo nº 112.366/2020 referente aos contratos nº 9.598/19 e nº 10.052/20 firmados entre a Prefeitura Municipal de Bauru e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis; 11. Outros assuntos.** Sra. Simony Coelho abriu a reunião às 09h02min (nove horas e dois minutos), agradecendo a presença dos demais membros do Conselho e convidados. **1. Esclarecimentos sobre registro de presenças, atualização dos contatos dos Conselheiros e Composição das Câmaras Técnicas** - Sra. Simony salientou a extensão da pauta e Sra. Silei solicitou que todos colocassem nome e instituição no chat para que conste como presença e assinatura na ata. Em seguida Sra. Simony informou sobre a inclusão dos membros no grupo do COMDEMA no whatsapp e pediu para os conselheiros verificarem se foram adicionados ao grupo, acrescentando que o grupo agilizará no envio de documentos para análise previamente às reuniões. Depois falou sobre a necessidade de dar mais eficiência às



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

Câmaras Técnicas, que a CTLegis está um pouco parada, solicitando que aqueles que pediram para participar que levem esse assunto a sério. O Sr. Carrijo acrescentou que é importante que os voluntários participem de fato e não apenas ocupar o espaço, pois se não os trabalhos não caminham. **2. Apresentação das contas do Fundo Municipal do Meio Ambiente e 3. Adequações no descritivo das caçambas para compra com recursos do FMMA** - Sr. Dorival abriu o tema falando que os dois assuntos tem a ver com o Fundo Municipal do Meio Ambiente e assim serão tratados em conjunto. Em seguida, disse que o Secretário de Finanças encaminhou todos os extratos de 2021 (dois mil e vinte e um) das duas contas do Fundo - das contas correntes e contas aplicação. Tudo foi encaminhado para a Sra. Simony para ser encaminhado à Comissão formada para análise desses dados. Em seguida apresentou o extrato do mês de junho da conta 46-6 (quarenta e seis, dígito seis), no qual houve um crédito de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), resultado numa aplicação de R\$ 321.474,00 (trezentos e vinte um mil e quatrocentos e setenta e quatro reais) que após um resgate automático deixou a conta zerada e conseqüentemente sem nenhuma movimentação no mês de julho. Já a conta 152-7 (cento e cinquenta e dois, dígito sete) no mês de junho tinha o saldo de R\$ 1.921.824,00 (um milhão, novecentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais) que foi resgatado e aplicado, sendo esse o saldo do Fundo do Meio Ambiente neste mês e não houve nem em junho ou julho pagamento de notas fiscais, nem nota da Ascam e nem notas das caçambas - mas pode ser que a última nota fiscal da Ascam seja debitada ainda desse valor e depois vai depender da continuação ou não do contrato. Em seguida, Sra. Simony informou que mais à frente será discutida a questão do Conselho Fiscal e pediu a manifestação dos conselheiros. O Sr. Aloísio questionou o porque de duas contas e Sr. Dorival explicou que isso acontece devido a origem dos recursos que são diferentes e demandam contas diferentes e acrescentou que acredita que não haverá necessidade de uso desses recursos no combate à pandemia o que permite o planejamento do uso desses recursos dentro das demandas estabelecidas pelo Conselho. O Sr. Carrijo informou que o Conselho Fiscal está se organizando e que essa prática passa a ser necessária em todos os meses aprimorar o mecanismo de controle para que o Conselho realize esse acompanhamento próximo, em seguida agradece o Sr. Dorival por deixar o assunto transparente para todos os conselheiros. O Sr. Dorival então lembrou o que já foi discutido em atas anteriores sobre a aquisição das caçambas, cujo recurso de origem do Fundo também foi aprovado pelo Conselho, que por duas vezes a licitação foi deserta porque o valor do aço tem subido constantemente e a licitação não acompanha, não mantendo o preço real da caçamba. Assim, solicita aos Conselheiros a adequação do descritivo das caçambas, o objeto da licitação, dentro dos valores já autorizados sem necessidade de complementação de valores, com menos caçambas ou com o volume menor, mas que se mudar o objeto precisa começar nova licitação e por isso tenta encontrar um melhor caminho para que a licitação não seja deserta novamente. A Sra. Simony questionou sobre a sugestão do Sr. Carrijo quanto a uma parceria com a Asten e o Sr. Dorival explicou que qualquer parceria necessita de análise jurídica e Termo de Cooperação o que demanda Chamamento Público que é tão demorado quanto a licitação e por isso tentar não perder a licitação com todo os trabalho que vem desde o ano passado seria o caminho mais prático. O Sr. Carrijo questionou a legalidade do ajuste do objeto na licitação, a qual o Sr. Dorival respondeu que é possível sua justificativa no



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

processo administrativo da licitação, incluindo o demonstrativo dos orçamentos, explicando porque o objeto anterior não deu certo e então o jurídico municipal fazer seu parecer a favor da continuidade do processo, descartando a necessidade de iniciar outro. Assim, alguns procuradores orientaram no sentido de que seria o ideal diminuir a quantidade de caçambas mantendo o mesmo descritivo de volume ao invés de manter a quantidade de caçambas e diminuir o volume, mas também há aqueles que dizem que nada disso adianta e o correto seria começar uma licitação nova. O Sr. Carrijo disse que acredita que assim também os conselheiros não têm segurança jurídica para se posicionarem e autorizarem isso, o que o Sr. Dorival explicou que nada será feito sem o posicionamento positivo do jurídico municipal. A Sra. Simony acrescentou que o posicionamento do COMDEMA acaba ficando condicionado ao parecer do jurídico, que entende o COMDEMA ser informado dessa situação já que o valor do fundo foi liberado pelo Conselho, mas que a alteração legal a ser feita no processo depende da aprovação jurídica sendo condicionada a ela. Assim, Sr. Dorival acrescentou que não quer pedir suplementação de valor por isso busca um caminho e tudo será informado ao Conselho. O Sr. Aloisio então sugeriu para a próxima reunião discutir sobre parceria entre a SEMMA e a Asten e a Concessão da Coleta Regular, convidando o Secretário de Negócios Jurídicos ou algum representante para esclarecer o andamento desses processos e a questão dos prazos. **4. Processo: 44904/2021 - Levantamento das legislações que tratam sobre árvores tombadas, bem como o estudo destas, com visitas e emissão de laudos para cada indivíduo** - Sr. Dorival solicitou à convidada, Sra. Marcela, que apresentasse e explicasse sobre a análise das árvores tombadas uma vez que ela é a responsável por esse processo na SEMMA. A Sra. Marcela iniciou a apresentação de slides com resumo do relatório e atividades desenvolvidas explicando que o que percebeu é que várias das árvores que estão no Decreto não são necessariamente as que estão no local indicado, que por exemplo na Praça Rui Barbosa a sibipiruna que deveria ter 70 (setenta) anos não tem diâmetro ou altura para isso, que há um Decreto de 2009 (dois mil e nove) destombando todas as sibipirunas da Praça e outro de 2010 (dois mil e dez) destombando novamente outras duas e que então é preciso fazer uma levantamento jurídico sobre toda essa legislação para encontrar aqueles que de fato estão vigentes. Há também, a questão daquelas árvores que não estão identificadas corretamente, por exemplo em outro local deveria haver tombado um coco-da-bahia, mas chegando lá há mais de um e não tem identificação de qual seria, é certo que a possibilidade seja do mais antigo, mas não tem como garantir apenas com isso porque não há nada georreferenciado, também tem a questão de existem várias árvores no Decreto que simplesmente não existem onde deveriam estar. Assim, uma das conclusões é disponibilizar os relatórios no site da Prefeitura no link das árvores tombadas e também a necessidade de resolver a confusão legal, a colocação de identificação e georreferenciamento, inclusive com orientação do Secretário do Meio Ambiente no sentido de criação de uma Comissão para resolução destas questões. A Sra. Simony então comentou que foi iniciado o diagnóstico das árvores no município mas que ainda não foi concluído que a Câmara Técnica de Arborização pode fazer o acompanhamento dessas questões junto com a CTLegis se for necessário. A sra. Marcela então acrescentou que com a situação das informações disponíveis não é possível fazer a avaliação fitossanitária porque não dá pra confirmar a identidade das árvores, assim no relatório aponto as “possíveis



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

árvores” tombadas em diversos locais. O Sr. Renato comentou que as árvores foram tombadas há muito tempo e não havia a tecnologia de hoje, daí a dificuldade de localização de muitas, assim sugere o levantamento de todos os decretos para organização, inclusive determinando o interesse público de cada tombamento porque agora há tecnologia para isso, e também a elaboração de um cronograma de visita e manutenção de todas essas árvores porque elas são patrimônio público devem ter prioridade no cuidado. O Sr. Crepaldi acrescentou que a transparência começa com os munícipes que devem saber sobre as árvores, mas não existe identificação que disponibilize essas informações no local para eles, o que a Sra. Marcela concordou que a primeira coisa a fazer deve ser a colocação de placas. Continuando, o Sr. Crepaldi sugeriu que quanto às árvores que foram devidamente localizadas no relatório, que se faça o georreferenciamento para adequado plano de manejo delas, que possa durar por décadas. Em seguida o Sr. Renato, questionou sobre as árvores inexistentes e o motivo de não estarem onde deveriam estar, o que a Sra. Marcela respondeu que não tem como ela falar sobre o que não tem registro. A Sra. Simony sugeriu o envio desse processo completo ao COMDEMA para análise e estudo na Câmara Técnica respectiva e a partir dessa análise poder colaborar. O Sr. Kláudio disse que a participação em diferentes conselhos é para se criar diálogo, assim como ele é membro do COMDEMA e do Conselho do Município outros membros do COMDEMA também são de outros conselhos e por isso ele soube há um tempo que existem programas e aplicativos voltados para essa questão da arborização e que é possível fazer esse georreferenciamento por cerca de R\$ 2000,00 (dois mil reais) ao mês a assinatura o que é mais barato do que fazer a tecnologia própria, então o Conselho do Município quer ajudar nessa questão também. Em seguida o Sr. Carrijo acrescentou que há um plano de diagnóstico proposto pelo COMDEMA há oito anos que não saiu do papel, o que deixa claro que o município não dá atenção a essa questão, acontece levantamento de informações e vão se acumulando relatórios, mas na prática nada é feito, assim o que é necessário é ação, a gestão pública que se organize para prestar o serviço público que é obrigada a fazer e que não tem nada a ver com Conselho. A sra. Marcela argumentou que quando o papel do Conselho é aconselhar e que se o poder público não cumpre com seu papel o Conselho deve fazer um ofício para o Ministério Público que tem o papel de intermediação e outra coisa é a necessidade de formação de Comissão Multidisciplinar para fazer a vistoria da arborização e coisas pontuais que precisam ser feitas, incluindo das questões sobre a legislação, o que a Sra. Simony disse que acredita não ser necessária a Comissão uma vez que a CT de Arborização pode exercer esse papel e cabe agora seguir com a análise do processo. O Sr. Renato disse que deveria se discutido na CT de Recursos Naturais que a Sra. Marcela poderia coordenar o assunto, o que a Sra. Simony sugeriu sempre convidá-la para as reuniões das CTs quando esse assunto for discutido. O Sr. Carrijo acrescentou que COMDEMA e SEMMA tem atribuições diferentes e não cabe ao conselho fazer auditorias e procedimentos técnicos sobre a arborização e que a impressão é que querem transferir ao COMDEMA essa responsabilidade, o que precisa ficar muito claro. A Sra. Simony disse por isso é importante o parecer das CTs para que o conselho se manifeste quanto ao que lhe cabe ou não fazer dentro desses processos e agradeceu a participação da Sra. Marcela na reunião. **9. Apresentação do PGA - Plano de Gestão Ambiental do Município VerdeAzul** - A Sra. Simony iniciou falando sobre a necessidade deste item por causa do Programa Município



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

VerdeAzul e, por isso, a inversão da pauta e passou a palavra para a Sra. Gilda que explicou que a intenção é apresentar o que já tem pronto para inclusão no sistema do PMVA. Começou informando que o tempo de apresentação é de 20min (vinte minutos), o ciclo é de setembro de 2019 (dois mil e vinte e nove) a setembro de 2021 (dois mil e vinte e um) com a data de entrega no dia 13 (treze) daquele mês, lembrou que são 10 (dez) diretivas e passou a apresentação de cada uma delas. Explicou a diretiva Município Sustentável e com a apresentação no vídeo informou os conselheiros que todos os itens de cada diretiva com a marcação OK na frente já foram postados no sistema. Nesta diretiva falta a elaboração da Lei do DOF que não existe no município mas já foi iniciado o processo, o item MS1 faltam poucas informações junto à CPFL e o MS8 também está sendo elaborado. Na segunda diretiva, Estrutura e Educação Ambiental, falta aprovação na Câmara do Programa de Educação Ambiental e por isso vai perder um pouco a pontuação no item; no EA8 envolve muitas Secretarias, é um banco de dados com muitos itens, ainda está em andamento. A terceira diretiva, do Conselho Ambiental, está dependente de muita coisa, inclusive assinaturas de atas, até a de agosto precisa ser postada; o que vai ficar em aberto é o CA1, porque não há nenhum representante da Prefeitura em nenhuma das CTs dos Comitês de Bacia. O Sr. Kládio questionou se pediu para participarem e se é possível alguém participar agora e constar presença e o Sr. Renato explicou que no começo da gestão do Comitê é feito o convite para os membros e quem quiser pode participar das CTs. A Sra. Gilda prosseguiu, o CA3 ainda não foi postado porque tem que ter todas as atas e convocações do Conselho, também vai até agosto, assim como o CA6 que é o relatório de todas as atas. O próximo, Biodiversidade, falta o cronograma no BIO1, que é plano Municipal da Mata Atlântica e por isso está com pontuação parcial de 0,65 (zero sessenta e cinco); BIO2 falta a Lei de Serviços Ambientais, que depende do jurídico municipal e da Prefeita para andar, mas acho que esse não será possível enviar. BIO4 é nota automática e Bauru não tem os 20% (vinte por cento) mínimos para pontuar, tem 19,84% (dezenove vírgula oitenta e quatro por cento) e esse dado é levantado pelo próprio Estado, então não tem como intervir; BIO6 também não está pronto, mas já está em andamento; o BIO7 também não atingimos, mas está sendo trabalhado pelo Dorival, essa questão dos plantios e cumprimento de TCRA. Na Gestão das Águas, falta apenas o GA6 para conclusão, o Diretor de Departamento, Daniel, na SEMMA vai fazer um projeto de recuperação de todas as nascentes no município, deveria ter começado antes, não começamos, mas só falta esse ponto. Na Qualidade do Ar tem bastante coisa que ainda está em aberto, o AQ1 é aquela questão da manutenção da frota que já apresentamos ao COMDEMA na reunião passada; o QA2 está dependente de uma matéria a ser publicada pela imprensa da Prefeitura; a Operação Corta Fogo, do QA5, estamos aguardando a publicação do Decreto que já foi solicitado, mas está parado no jurídico, é o 1012/2021 (mil e doze de dois mil e vinte e um); QA7 é meu papel, tenho que apresentar uma palestra na prefeitura e deixar disponível no site, é prioridade assim que voltar de férias e a PRÓ-ATIVIDADE não temos, contávamos com as ciclofaixas mas não tem km novos então temos que procurar algum projeto para incluir aqui. Esse item é algum projeto ou ação que não tem lei, mas a prefeitura faz valer como algum dia sem carro, algo assim mas que seja contínuo. O Sr. Renato questionou se não há projeto do Jardim Botânico ou Zoológico que possa ser incluído nesse item, o que a Sra. Gilda explicou que o projeto não pode ter foco de educação ambiental e tem que abranger o máximo de pessoas. A



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

diretiva Uso do Solo, temos um plano de controle de erosão, mas não foi aprovado pela Câmara ainda, e eles estão exigindo que tudo seja feito pela Câmara através de lei, decreto não está valendo praticamente mais nada; o US2 está aguardando informações da Secretaria de Obras, vou reforçar o pedido. O Sr. Kláudio acrescentou que em Bauru há uma Lei de Política Municipal de Combate e Prevenção contra Erosão e ficou de enviar uma cópia para a Sra. Gilda, além da Lei de Resíduos da Construção Civil de 2009 (dois mil e nove) que dispõem que o município deve utilizar esses resíduos em melhorias ambientais e por isso, na época, participou de reuniões com a Asten e a SEMMA onde modificamos a expressão “Bolsão de Entulho” para “Área de Melhoria” porque era mais condizente com a Lei; a US3 já está em andamento junto com a SEMMA, US4 está em andamento com a Obras é a questão da limpeza das galerias, é só juntar as informações; a US7 é com a SAGRA, também é só juntar os dados dos trabalhos que são feitos com os agricultores, assim como PRÓ-ATIVIDADE também da Sagra que é da melhoria nas estradas rurais. O Sr. Kláudio questionou se é utilizado o mapa da CETESB de áreas contaminadas, a Sra. Gilda explicou que sim, mas o foco do item é trabalhar com uma área que esteja em recuperação, que ela trabalha junto com a Sra. Mayumi a área do aterro sanitário. O Sr. Kláudio então acrescentou que queria destacar que Bauru tem várias ações nisso, para aumentar a pontuação, por exemplo quando teve toda aquela questão da Ajax de 2002 (dois mil e dois) para frente, na região do Tangarás, a própria Ajax fez vários trabalhos ao longo de vários anos e já conseguiu laudo mostrando que na parte urbanizada do Tangarás foi feita a neutralização da contaminação que havia no subsolo e esse é um dos casos, existem vários casos que na verdade ocorre o isolamento da área, então que acha que constar o isolamento da área como uma ação com relação também é um ponto positivo para ser feito. A Sra. Gilda explicou que todas essas ações tem de ser feitas pelo município e o que a Ajax fez, foi feito por ela com a CETESB e precisa ter o envolvimento da Prefeitura nessa questão. O Sr. Aloísio acrescentou que desconhecia o plano de erosão e pediu que seja compartilhado com os membros do COMDEMA, que Bauru tem problema crônico com erosão pela textura do solo, que precisa sim enviar à Câmara para se tornar oficial e sugeriu um trabalho integrado da Sagra com a CDRS nessas ações no município e o Sr. Renato lembrou que Sr. Aloísio já havia feito esse pedido em outras reuniões. Na Arborização Urbana, a tarefa difícil é a implantação do Espaço Árvore, que deveria ter sido discutida desde 2017 (dois mil e dezessete) e esse ano deveria ter sido implantado em todos os prédios públicos, mas já tem um processo que também está com o Dorival e tem que fazer no município todo até 2028 (dois mil e vinte e oito). O Sr. Dorival informou que a Prefeitura está com um termo de cooperação com a CPFL em que haverá auxílio em supressão de árvores com laudo da SEMMA e uma das propostas é fazer o espaço árvores nesses casos de supressão e explicou o que é o Espaço Árvore, que respeita o crescimento particular das árvores. Os itens AU2 ter o inventário mas não o diagnóstico, AU3 falta o cronograma, AU5 acontecia naturalmente mas por causa da pandemia não aconteceu e o Sr. Kláudio fez a observação para avisar o COMDEMA de que esse item é requisito para que as autuações da SEMMA tenham valor legal e por isso essa falta de capacitação abre possibilidade jurídica de anular qualquer ato da SEMMA; em seguida o Sr. Dorival informou que conversou com o Ministério Público e essa capacitação vai ocorrer no segundo semestre. AU6 está parcial porque tem publicação mas não tem divulgação e o AU8 está em andamento com a



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

arquiteta Raquel da SEMMA. A diretiva 09 (nove), o Esgoto Tratado, falta o ET2 que estou dando andamento e o ET5 que a Mayumi está terminando. Por fim, o Resíduos Sólidos, é o que falta mais itens, o RS1 temos o plano municipal mas sem aprovação na Câmara, RS2, RS3 e RS5 temos as informações só precisa compilar e colocar, RS6 também temos mas é um item maior porque envolve diretamente a Ascam e a população então é um pouco mais complicado para terminar. A Sr. Simony comentou que o PMVA é tema para um reunião inteira e sugeriu colocar essa pauta no grupo do conselho para quem puder ajudar nos itens que ainda faltam, mesmo que com ideias para as pró-atividade, e o Sr. Kláudio comentou que Bauru começou a melhorar quando a SEMMA passou a se dedicar ao PMVA, que ele é um roteiro de conformidade ambiental que o município pode adotar e que o conselho deveria se debruçar mais sobre isso e a Sra. Gilda concordou que esta é uma agenda ambiental com princípios básicos para o município.

8. Situação envolvendo os Rejeitos do Rio Bauru e empresa particular - Sra. Simony explico que esse item foi solicitado pelo Sr. Carrijo a partir de uma solicitação feita por um munícipe e passou a palavra a ele. O Sr. Carrijo explicou que no mês passado o COMDEMA foi procurado pelo munícipe Eduardo Vaccaro que solicitou que o conselho o acompanhasse até um porto de areia particular da empresa CPA no Rio Bauru, localizado depois do Núcleo Octávio Rasi próximo à divisa com Pederneiras, ele acompanhou o munícipe até o local representando todo o conselho. O que foi verificado é que lá existe uma quantidade muito grande de rejeitos que são retirados do rio e não são destinados corretamente, é uma situação muito similar com a da COOPECO de cerca de 2 (dois) anos atrás em que era feita a triagem dos resíduos e sobrava os rejeitos, então foi trazido esse assunto ao conselho porque em caso de chuva esses rejeitos podem voltar para o leito do rio e criar um problema ambiental muito grande. Em seguida convidou o Sr. Eduardo Vaccaro a se manifestar. Ele disse que numa visita no dia 14/06 (quatorze de junho) com o Secretário Dorival através do vereador Losila foi verificado que qualquer chuva que tiver em Bauru já desloca esses rejeitos, que a empresa fica de 2 a 3 horas (duas a três horas) passando material superficial sem contar o que vem por baixo, que a empresa faz a extração da areia e precisa trabalhar ela antes de vender, ela tem autorização da CETESB e esse assoreamento que acontece lá é de material que vem das galerias pluviais de todo o Bauru, principalmente da Avenida Nações Unidas que é um local que alaga facilmente, e o acúmulo do que é retirado é muito grande, que quando tem o escoamento vem até com resíduos do esgoto. Então a necessidade é de auxílio da SEMMA para retirar esse material e fazer o descarte adequado porque a empresa pode simplesmente extrair a areia e voltar o material para o rio já que ela não tem obrigação de limpar o rio, além de desassorear o rio o acúmulo de material é muito grande, o Sr. Carrijo e o vereador Meira estiveram lá e viram a situação, não vai resolver com a implantação da ETE porque não é resíduo de esgoto apenas, tem de tudo: garrafa pet, latinha, pneu, carrinho de supermercado. O rio lá atrás, na travessia do Distrito Industrial para o Jardim Mendonça tem outro porto de areia mas aquela parte é reta e começa a fazer curvas depois daquela parte e dependendo da parte do ano o leito do rio muda e o material vai acumulando e quando vem a chuva arrasta todos os materiais que estiverem parados. A Sra. Simony solicitou a manifestação dos conselheiros e o Sr. Dorival comentou que conversou pessoalmente com o Sr. Eduardo e em seguida enviou técnicos para visita e está com o laudo mas antes de falar sobre isso gostaria que o Sr. Daniel, diretor do



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

Departamento Zoo-Botânico, comentasse sobre o processo que tramitou em relação a essa empresa para o pessoal do COMDEMA entender até que ponto a SEMMA pode ajudar na questão. O Sr. Daniel então explicou que a empresa entrou com pedido de Uso e Ocupação do Solo e a Seplan entrou em contato com a SEMMA questionando se havia objeção, o qual a SEMMA respondeu que esse licenciamento é de responsabilidade do Estado através da CETESB e DAEE e portanto a prefeitura através da SEMMA não se opunha desde que fosse dado esse licenciamento pelos órgãos estaduais, o que foi ratificado pelo Sr. Dorival. O Sr. Eduardo complementou informando que a empresa tem todo o licenciamento e o Sr. Kláudio lembrou que extração de areia é competência federal. Em seguida, o Sr. Dorival explicou que o município não tem amparo legal para assumir a retirada desse material porque a legalização para atuar nessa área não é de competência do município, então trazer esse ônus é complicado; no laudo feito pelos técnicos da SEMMA foi encontrado alguns rejeitos, mas como eles foram agora na época de seca, o laudo traz que os rejeitos são formados por matéria orgânica e sedimentos do leito do rio e, que naquele momento, pela análise daqueles técnicos os rejeitos são incapazes de produzir contaminação no solo da forma como estão depositados. O Sr. Aloísio perguntou ao Sr. Eduardo se ele é da empresa CPA e se o proprietário está ciente desse acúmulo, o qual respondeu prestar serviço de assessoramento e o que o proprietário sabe do problema e informou que o proprietário está tentando devagar descartar corretamente no aterro, mas a demanda está muito grande, que apesar do relatório dos fiscais, há fotos e os locais que ele quer mostrar porque não adiante ver a parte que a empresa faz no leito do rio para não dar assoreamento, o material que vem é das galerias pluvias, se for feita uma tela próxima à região do Mondelli boa parte do material já será detida ali, a população joga muita coisa nas galerias e elas não recebem a manutenção necessária, não tem cestas nessas galerias. Em seguida informou que irá enviar ao COMDEMA as fotos dos materiais, quantidade e tipo que tem registrado. O Sr. Aloísio então propôs de na próxima semana ou quando possível na agenda do Sr. Eduardo, convidar os membros da CT de Resíduos Sólidos junto com a empresa Pulse Energia e um representante da COOPECO para fazer uma visita com um representante da empresa para ver o que cada entidade pode contribuir, lógico que vai ter rejeito que a empresa vai ter que destinar ao aterro sanitário, mas pelo que foi colocado há condições de se aproveitar de maneira mais adequada esse material que é acumulado; outra coisa é que esse outro porto de areia que tem seria interessante também fazer uma visita pois a proximidade com o leito do rio e o acúmulo de sedimentos parece ser alto e não é porque discutimos um ponto específico que devemos deixar o outro que é, inclusive, ainda mais perto do município. O Sr. Eduardo concluiu comentando que qualquer chuva que ocorrer a demanda será muito intensa e por isso se reter com telas anteriormente esse material desde a cabeceira do rio, quando chegar lá não terá muita coisa, mas ainda terá material rodando rio abaixo, então essa situação é de todos, ou seja, precisa ser feito um trabalho preventivo, outra situação que não foi presenciada pelos fiscais é que tem muito entulho de construção também porque em muitos dos córregos que desembocam no rio é colocado esse material para conter a erosão, só que ele não é compactado e daí a chuva carrega rio abaixo; quanto ao que foi comentado sobre o outro porto, o que deve ter é o mínimo porque lá é uma reta. A Sra. Simony comentou que essa situação acendo um alerta quanto à gestão dos resíduos no município e o Sr. Renato comentou que essa situação já foi



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

comentada, inclusive também quanto ao Rio Batalha, provocado pelo pessoal do DAE, e essa demanda vem da própria cidade, e que tem a opinião de que isso tem a ver com a limpeza pública que precisa ser melhorada e o Sr. Kláudio concluiu afirmando que o assunto engloba questões de direito de iniciativa privada e questões de competência do limite de até onde cada órgão público pode atuar e também questões de interesse do proprietário, as que acha que o COMDEMA é o local para essa discussão multidisciplinar. A Sr Simony ficou de passar o contato do Sr. Aloísio para o Sr. Eduardo para fazer o agendamento da visita comentado. **6. Aprovação da Resolução Comdema - Estabelece procedimento para controle e registro administrativo das ações de manutenção e substituição da frota municipal e terceirizado** - A Sra. Simony colocou a apresentação sobre a resolução da frota na tela para todos os conselheiros e explicou o que foi discutido na CTLegis, comentando que a resolução já foi apresentada na reunião passada do COMDEMA. Explicou a introdução considerando normas federais, estaduais e municipais e os artigos seguintes de que os responsáveis devem apresentar relatório de manutenção e substituição da frota anualmente ao COMDEMA, os próximos artigos definem o que é *manutenção preventiva* e *manutenção corretiva*, além dos itens que devem constar dos cronogramas como identificação dos veículos e quilometragem, além do *relatório de veículos substituídos* também com itens que devem constar. O Sr. Kláudio comentou que constar o valor gasto nesses relatórios pode ser aproveitada a informação como item de investimento ambiental, e os outros conselheiros concordaram com a manutenção desse item. A Sra. Maria Izabel questionou sobre a necessidade de descrever precisamente cada tipo de serviço que pode ser realizado nas manutenções ao invés de deixar aberto de forma mais geral, o que o Sr. Kláudio comentou que pelo princípio da legalidade só pode ser feito aquilo que está descrito na legislação e pela discricionariedade. O Sr. Renato acrescentou que as revisões têm a intenção de funcionamento do motor e não do melhoramento ou aperfeiçoamento do meio ambiente, por isso acha que deveria ter algumas coisas além. O Sr. João reforçou o que o Sr. Kláudio disse, acrescentando que além do aspecto legal, a legislação pode ter também o aspecto educativo porque no universo de pessoas envolvidas nem todas tem o conhecimento de tudo, então a legislação educativa ajuda a criar cultura, por isso detalhar o que se pretende dentro daquilo é muito bom até porque a maior parte dos problemas vem de falta de educação do povo e de que opera o sistema porque não existe uma visão sistêmica da situação. Quanto à definição de *manutenção corretiva* foi decidido retirar o termo *urgente* porque acabaria restringindo as ações. Colocada em votação, a Resolução foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes. **5. Esclarecimentos sobre o Conselho Fiscal Fundo Municipal do Meio Ambiente** - A Sra. Simony fez a apresentação da minuta do Regimento Interno do Conselho Fiscal explicando que ele deverá se reunir mensalmente, até porque os esclarecimentos sobre o fundo continuarão sendo pauta fixa do COMDEMA, o conselho fiscal deverá deliberar por unanimidade e explicou as demais regras de composição, substituição e renúncia, conforme a Resolução que criou o conselho fiscal, cuja criação foi aprovada em ata pelo COMDEMA na reunião ordinária de maio de 2021 (dois mil e vinte um). Em seguida passou a discriminar as competências e atribuições na fiscalização do fundo municipal com documentos a serem analisados e solicitações que podem ser feitas ao COMDEMA, acrescentando que não é responsabilidade do conselho fiscal a análise dos contratos em si nem assumir papel de outros órgãos de fiscalização



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

ambiental municipal, mas sim a movimentação bancária das contas vinculadas ao fundo, o que permite que o conselho fiscal solicite a esses órgãos informações competentes às suas funções fiscalizadoras caso julgue necessário. Ainda explicou que o regimento interno foi pensado para se manter no tempo, pensando nas próximas gestões municipais e próximos membros. O Sr. Kláudio esclareceu dúvida sobre o termo *solidariedade* na questão de responsabilidade contida no regimento para os demais conselheiros, informando que a solidariedade se aplica quando um membro responde por todos em determinados casos e a Sra. Simony prosseguiu a apresentação dos demais artigos explicando que nos casos de conflito de interesse o próprio membro deverá se manifestar para que conste em ata as razões e seu afastamento dessa discussão e, caso não se manifeste, quem tiver conhecimento deve fazê-lo e assim manter a impessoalidade na análise. Além dos prazos para apresentação de documentos aos conselheiros de 15 (quinze) dias e convocação de reunião com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, o regimento permite reuniões por videoconferência, caso necessário e traz a necessidade de divulgação das atas e seu arquivamento junto ao COMDEMA, assim também cada vez que um recurso do fundo for autorizado pelo COMDEMA, deverá ser fixado a periodicidade de acompanhamento, levando em consideração a qualidade e longevidade dos relatórios, além de garantir aos conselheiros fiscais acesso às instalações fixas, informações e documentos que julgar necessários, tudo que vai depender das destinação do recurso. Colocado em votação com ressalvas no parágrafo terceiro e artigo 24 (vinte e quatro), foi aprovado pelos 12 (doze) conselheiros presentes, considerando sua aprovação após constatada a presença mínima do quórum. **10. Referências quanto às reuniões extraordinárias a serem agendadas: Concessão resíduos sólidos e Processo Administrativo nº 112.366/2020 referente aos contratos nº 9.598/19 e nº 10.052/20 firmados entre a Prefeitura Municipal de Bauru e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis-** A Sra. Simony trouxe para conhecimento que o processo da Ascam ainda está parado na Secretária de Negócios Jurídicos e o COMDEMA ainda não conseguiu cópia, assim é impossível agendar uma reunião extraordinária sem analisar o processo antes e a ideia é fazer no mesmo dia, se possível, uma extraordinária sobre resíduos sólidos como solicitou o Sr. Aloísio, o que ele complementou que no caso dessa reunião é importante aliar a presença da empresa de consultoria responsável pela modelagem do edital. **7. Reconhecimento do PMEa como política pública municipal** - A Sra. Simony explicou que a política de educação ambiental está em uma lei de forma geral no município e que a ideia é que o PMEa vire oficialmente uma política pública municipal, o que em reunião da diretoria do COMDEMA o Sr. Carrijo se comprometeu a dar andamento junto à Câmara de Vereadores, em seguida passou a palavra à Sra. Sirlei. Ela explicou que a intenção da CT de Educação Ambiental é que o PMEa seja de fato uma lei e consequentemente uma política pública porque, por enquanto só existe como Programa e todos sabem que quando há interrupção de comando em Secretarias ou Governos alguns programas também sofrem rupturas, e como o PMEa foi elaborado a partir de pesquisas e está funcionando desde 2017 (dois mil e dezessete) quando foi entregue ao COMDEMA, gostaria que virasse lei. Informou que o Sr. Carrijo já está com toda a parte escrita e irá discutir o assunto com os vereadores e também existe um Comitê Interinstitucional que deveria ter escrito o PMEa, mas esse Comitê só foi formado em Bauru depois que o PMEa já havia sido escrito, então essa situação também



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

precisa ser resolvida. Assim foi pedido ao Sr. Dorival para dar uma olhada nesse Comitê para que a CT de Educação Ambiental possa ser nomeada e os trâmites executados, pois ainda na administração do Dorival como diretor do COMDEMA foi feito um Termo de Cooperação Técnica de Educação Ambiental, mas na mudança de governo muito se perdeu e a última versão desse material foi entregue à CTLegis. A Sra. Simony explicou que o Comitê é previsto legalmente mas que a ideia é que ele não seja mais composto apenas por membros da CTEA e o Sr. Dorival solicitou que esses documentos sejam reencaminhados para a SEMMA que ele fará a inclusão do que for preciso ao processo. **11. Outros assuntos** - A reunião foi encerrada às 11h52min (onze horas e cinquenta e dois minutos). Eu, Talita C. Mota, lavrei a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada por todos os presentes (o registro da assinatura será feito através de prints da reunião online e de seu chat).

Three screenshots of a WhatsApp chat interface showing messages from various participants.

Screenshot 1 (09:02): Shows a list of messages under the heading "Mensagens na chamada".

- DORIVAL CORAL 1 min: Dorival - SEMMA
- ASCAM Sem Limites Agora: Henrique Ribeiro ASCAM
- Marcela Mattos de Almeida Bessa Agora: Marcela - Semma
- Rita Peruquetti Agora: Rita Peruquetti - Unisagrado
- Ricardo Carrijo Agora: Ricardo Carrijo - Vidagua
- João Carlos Herrera Agora: João Carlos HERRERA - ASSENAG
- Bel Medeiros Agora: Maria Izabel Merino de Medeiros Apta SAA-SP

Screenshot 2 (09:11): Shows a list of messages under the heading "Mensagens na chamada".

- Dra. Carla Gheler Costa, Câmara dos deputados, assessoria técnica Dep. Rodrigo Agostinho
- Ricardo Crepaldi 8 min: Ricardo Crepaldi - ABES
- Revista Ciência Geográfica AGB Bauru 7 min: Bom dia par todas e todos. Lourenço
- João Carlos Herrera 4 min: João Carlos HERRERA whatsapp 14 996517441
- Luiz Fernando Nogueira Silva 1 min: Otaviano e Luiz Fernando pela SAGRA
- Renato Delgado 1 min: Renato Theodoro Delgado... CATI/CDRS
- Aloisio Costa Sampaio Agora: Bom dia a todos.
- Você Agora: Janeiro. fevereiro e marco estão

Screenshot 3 (09:15): Shows a list of messages under the heading "Mensagens na chamada".

- Aloisio Costa Sampaio 4 min: Aloísio Costa Sampaio - UNESP
- Adilson Sartorello 4 min: Bom dia à todas e todos ! Adilson Sartorello, do Secovi.
- José Paulo Braga Sampaio 4 min: José Paulo Braga Sampaio, Fundação Florestal
- Carlos Rino 4 min: Carlos Alberto Ferreira Rlno, DAE
- Revista Ciência Geográfica AGB Bauru 3 min: Lourenço Magnoni Júnior - Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP (www.agbbauru.org.br)
- Gilda Scalfi 3 min: Gilda Maria Scalfi Carvalho - Secretaria do Meio Ambiente
- Marcela Mattos de Almeida Bessa 2 min: Perfeito, Aloísio!

Each screenshot includes a status bar at the top with signal strength, Wi-Fi, cellular data, battery level, and time. At the bottom of each screenshot is a text input field with a send button (arrow icon).



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

10:47 59% 4G

Sobre esta chamada

Pessoas Inform.

-  Adilson Sartorello  
-  Aloisio Costa Sampaio  
-  Ana Elisa Moura Talon  
-  ASCAM Sem Limites  
-  Bel Medeiros  
-  Carlos Rino  
-  DORIVAL CORAL  
-  Dr. Kláudio Cóffani  
-  Eduardo Vaccaro  
-  Fabio Comin  
-  Gilda Scalfi  

10:47 59% 4G

Sobre esta chamada

Pessoas Inform.

-  João Carlos Herrera  
-  José Paulo Braga Sam...  
-  Lótus Jr. Empresa Jún...  
-  Luiz Fernando Noguei...  
-  Marcelo Makino  
-  Renato Delgado  
-  Renato Delgado  
-  Revista Ciência Geog...  
-  Ricardo Carrijo  
-  Ricardo Crepaldi  
-  Rita Peruquetti  

10:47 59% 4G

Sobre esta chamada

Pessoas Inform.

-  Luiz Fernando Noguei...  
-  Marcelo Makino  
-  Renato Delgado  
-  Renato Delgado  
-  Revista Ciência Geog...  
-  Ricardo Carrijo  
-  Ricardo Crepaldi  
-  Rita Peruquetti  
-  Rodrigo cesar Bauru  
-  Simony Coelho  
-  Sirlei Campos  